

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – Setembro de 2013

Conquista da Marcha: Municípios do semiárido recebem cisternas



Paulo Ziulkoski
Presidente

**Mais 2%
de FPM:
nova luta
da CNM**

**O custo
real dos
programas
de saúde**



- Município paraibano mostra bons exemplos de gestão
- Ziulkoski apresenta propostas do municipalismo no CAF
- Os resultados alcançados nos 10 anos do CidadeCompras

Institucional

CAF: pauta da CNM por conquistas para

Um espaço onde os Municípios possam demandar e apresentar propostas por um novo Pacto Federativo. Fruto da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* e criado para proporcionar mais diálogo entre o Ente e o Executivo Federal, o Comitê de Articulação Federativa (CAF) completou 10 anos no dia 12 de setembro. O aniversário foi comemorado em reunião com o grupo formado por ministérios e entidades, como a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O Imposto sobre Serviços (ISS), Previdência, Emendas Parlamentares e a Lei do Piso do Magistério foram destaques da pauta. Tanto o governo federal quanto as associações municipalistas mostraram interesse em mudar a arrecadação do tributo, distribuir de forma mais justa os recursos das emendas e resolver de vez o problema de reajuste do piso dos professores e as dívidas previdenciárias. O encaminhamento foi positivo.

Na mesa de debates, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, reafirmou que o CAF é um caminho direto e a melhor maneira de enviar as demandas municipais com o Palácio do Planalto. Ele cobrou mais ação dos integrantes. “Se viermos aqui para ficar de floreios, não vamos evoluir em nada. Temos de prosseguir sem muitos discursos”.

“É aqui [no CAF] que temos condições de avançar de forma mais séria com as entidades”, declarou a ministra de Relações Institucionais, Idelli Salvatti. Ela comanda pasta que é responsável pelo Comitê, e, no discurso de abertura da reunião, citou o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como uma das vitórias deste espaço.

ISS E PREVIDÊNCIA – A pauta da CNM foi a primeira a ser apresentada. As opiniões so-



Agência CNM

bre a necessidade de alterar a Lei Complementar 116/2003 foram unânimes. Em dez anos de vigência, essa legislação nunca passou por mudanças. A Confederação quer ampliação do rol dos serviços em que o ISS é devido; definir o local de recolhimento; tratar do *leasing* de cartões de crédito, entre outras alterações.

Enquanto apresentava a proposta, Ziulkoski explicou que uma nova lei do ISS pode ajudar as finanças municipais. “Os Municípios precisam de autonomia e isso melhoraria nossa arrecadação. Quero um pedido de urgência na tramitação do projeto no Congresso ou mesmo o envio de um novo texto do Executivo”.

Representante do Ministério da Fazenda apoiou as mudanças. “A LC 116 é um esforço para acabar com a guerra fiscal, cujos danos à Federação são inquestionáveis, pois esse ambiente de disputa é negativo para os Entes”, declarou.

Idelli Salvatti disse que a proposta tem apoio do governo e concordou com o pedido de urgência. “Precisamos lutar pra que isso esteja vigente já em 2014, antes que os personagens do Con-

gresso mudem e a luta comece do zero. É preciso analisar a tática legislativa”.

Uma reunião específica para este tema foi marcada para que a Fazenda e as entidades decidam sobre um novo projeto. A CNM possui o texto pronto como sugestão.

De ISS para Previdência, a Confederação mostrou que a dívida imposta pela Receita Federal aos Municípios cresce muito acima de qualquer correção razoável. Em fevereiro de 2009, os débitos somavam R\$ 22 bilhões, e, segundo a RFB, em dezembro de 2011, o valor subiu para R\$ 62 bilhões.

Para a entidade, a solução é o imediato encontro de contas, pois a União também possui dívidas previdenciárias com os Municípios. O Ministério da Previdência prometeu dar ênfase à compensação.

Com os dados apresentados pela CNM, a ministra Idelli propôs a formação de uma equipe com representantes municipalistas e do Executivo federal. “Esse grupo terá o prazo de 15 a 20 dias para resolver essa questão com a Fazenda, a Receita e a AGU [Advocacia-Geral da União]”, encaminhou.

de representar novas o municipalismo

EMENDAS PARLAMENTARES

A campanha *Brasil sem emendas* foi discutida calorosamente no CAF. A maioria dos representantes apoia o fim dessa prática, e o presidente Ziulkoski saiu satisfeito em relação a este ponto. “Quero louvar a iniciativa de nos ouvir independentemente do encaminhamento”, agradeceu.

Nesta apresentação, especificamente, a CNM apontou a discriminação com alguns Municípios e a demora na efetivação das emendas. “O processo às vezes custa mais que a emenda. É injusto. É financiamento público de campanha. Eu diria que é o maior problema do Brasil”.

Discurso semelhante tem o presidente da Frente Nacional de Prefeito (FNP), José Fortunati. “Emenda parlamentar é excrescência do estado democrático de direito. Em dois mandatos como deputado federal, eu nunca captei uma emenda sequer. O processo é nefasto. Isso é financiamento privado de campanha feito com dinheiro do povo”, denunciou.

Eduardo Pereira, presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), elogiou as argumentações da CNM. “As emendas nem sempre atendem à real necessidade dos Municípios. A maioria é para reforma e ampliação. Não é só disso que a gente precisa”.

O prefeito de Rio Branco, capital do Acre, Marcus Aguiar, pediu: “a gente tem de acabar com essa prática e esse é o fórum para discutir isso”. A colega, prefeita de Ceres (GO), Inês Brito, descreve como vergonha nacional. “Quando fui eleita e fui pegar emenda o deputado impôs a condição de que ele fosse meu único candidato”.

Ao final deste tema, Ziulkoski anunciou aos integrantes do CAF que a CNM vai trabalhar pela criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM) para uma melhor distribuição das emendas. “Com a eleição no ano que vem, este é o momento certo”, disse.

PISO DO MAGISTÉRIO

O assunto dos pisos salariais foi apontado primeiramente pela ministra Idelli. Ainda na abertura da reunião, ela declarou: “é extremamente importante que tenhamos cuidado com a tramitação de projetos que preveem pisos. É fácil aprovar, mas só os prefeitos, governadores e a presidenta sabem como é na hora de pagar”.

Na oportunidade, Paulo Ziulkoski lembrou que, em julho, a presidente Dilma prometeu ajudar nas questões que envolvem o reajuste de um piso específico: o dos professores. Ele quer a aprovação de uma matéria que tramita no Congresso e prevê a mudança do atual critério de reajuste.

Neste caso, a deliberação também foi uma reunião específica com o Ministério da Educação (MEC). ABM e FNP, interessadas na mudança, também participarão do grupo. “Essa é uma questão que deve ser encarada imediatamente antes do fim do ano”, completou Ziulkoski.



Finanças

Em carta, prefeito relata dificuldades financeiras

“Neste complicado momento econômico pelo qual o Brasil passa, é muito difícil ser prefeito numa cidade com menos de 30 mil habitantes, muitas necessidades e poucos recursos”. O desabafo – feito pelo prefeito do Município de São José do Barreiro (SP), em carta encaminhada à presidente da República, Dilma Rousseff – representa a crise financeira enfrentada pela quase totalidade dos Municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, coloca o cenário em números: “Cerca de 80% das prefeituras do Brasil estão inviabilizadas”. Entre os fatores responsáveis por essa realidade estão a queda de receita em decorrência das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), das desonerações de impostos concedidas pelo governo e da consequente redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, o subfinanciamento das políticas públicas – por meio dos mais de 350 programas federais e estaduais – transfere a responsabilidade de outros Entes federados aos Municípios. Isso ocorre na medida em que as despesas decorrentes da execução dessas ações chegam a ser até 200% superior ao repasse feito às prefeituras.

Carta-apelo – Por não encontrar solução para viabilizar a manutenção das contas da prefeitura, José Milton Serafim, prefeito de São José do Barreiro, resolveu escrever uma carta para a presidente da República. Antes, em evento realizado no Município de São Bernardo do Campo (SP), o gestor teve a oportunidade de relatar pessoalmente as dificuldades enfrentadas no Município. O documento também foi enviado a senadores e deputados federais.

Em seu desabafo, José Milton pede à chefe do Executivo que olhe para essa realidade “com olhos de mãe” e destaca que o apoio dos governos federal e estadual representa, “nesse momento, questão de sobrevivência”. Ele expõe os problemas na área de Saúde e sugere a criação de um recurso específico para atendimento dessas demandas em Municípios pequenos.

À Agência CNM, o prefeito relatou que a Saúde é o setor mais complicado do Município. “São muitos os serviços e as ações para arcar, mas, infelizmente, não temos condições de fazê-lo. É uma situação muito difícil. Estamos entre a cruz e a espada”, lamenta.

A situação de São José do Barreiro é realidade em todas as regiões do Brasil. Apesar da existência de leis que determinam aos Municípios a obrigatoriedade de investimento de 15% para Saúde e 25% para Educação, a maioria gasta mais do que esses valores. E, ainda assim, não conseguem atender de forma plena às necessidades da população.

Em São José do Barreiro, por exemplo, os valores de custeio das áreas de Saúde e Educação giram em torno de 29% e 32%, respectivamente. José Mil-

ton ressalta que, em função disso, “as outras áreas acabam sofrendo impacto”.

O gestor municipal explica que a população acaba ficando dependente do atendimento médico fornecido em Municípios maiores – que se tornam referência para as pessoas da região. Ele também demonstra preocupação ao notar que, muitas vezes, as pessoas não conseguem esse atendimento. “Os Municípios que são referência não estão querendo receber os pacientes de outras localidades, porque a tabela do SUS [Sistema Único de Saúde] não é adequada. Os valores são muito baixos”, conta.

Na carta, o prefeito também pede a revisão da medida que transfere aos Municípios a responsabilidade da iluminação pública e dos valores repassados por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Os Municípios que possuem menos de 30 mil habitantes, praticamente, sobrevivem desse repasse e, com os valores que estão chegando, mal conseguimos fazer a folha de pagamento dos funcionários”, lamenta.

José Milton destaca que assumiu a prefeitura do Município como uma missão e finaliza: “prefeito de Município pequeno tem de ser criativo. Criar soluções muitas vezes caseiras”.

Turno único – Em Ponte Serrada (SC) – cuja população é de pouco mais de 11 mil habitantes –, uma das soluções encontradas pela prefeitura para reduzir as despesas foi a diminuição do turno de trabalho. Decreto municipal determinou a realização de jornada de trabalho de 7h às 13h. O novo regime passou a valer no dia 3 de setembro e deverá ser mantido até o final do ano.

Outra medida formalizada pela administração do Município limita as despesas por secretaria. “Antes, o secretário tinha certa liberdade. Agora, tudo passa pelo setor de compras, que avalia as possibilidades junto ao setor financeiro para apenas depois autorizar as compras”, explica o prefeito Eduardo Coppini.

Ele destaca, ainda, que os Municípios pequenos acabam prestando muitos serviços considerados particulares, onerando ainda mais os cofres. “São realizadas ações como secagem das fossas, abertura de valas nas fossas rurais, abertura de estradas rurais em terrenos particulares”, afirma.

Assim como relata o prefeito de São José do Barreiro, Eduardo Coppini ressalta que a Saúde é um “ponto crucial” em relação aos gastos. A prefeitura investe em torno de 22% do orçamento para a área. Atualmente, há um hospital municipal em construção, mas não há previsão para a conclusão da obra. Segundo o prefeito, o Município não tem condições de arcar com a contrapartida de quase R\$ 2 milhões exigida. Coppini afirmou que buscará em Brasília uma solução junto ao Ministério da Saúde e a parlamentares da bancada do Estado.

Geral

Saúde: a difícil manutenção dos programas – Parte 2



A Dificuldade causada pelos Programas Federais nas Finanças dos Municípios começou a ser mostrada na edição de agosto do Boletim CNM. Os números, simplesmente, confirmam o que o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, sempre avisou: “são mais de 350 programas federais sendo executados pelos Municípios, e causando despesas adicionais aos cofres municipais”.

“Além de serem subfinanciados, não foram

reajustados pela inflação”, constata. A pesquisa feita pela CNM mostra que os Municípios entram com altas contrapartidas e assumem diversos outros gastos com o custeio e a manutenção dos programas. O impacto disso começou a ser mostrado pela Confederação nos programas da área social e de Educação. Agora, será mostrado como os programas sociais migram os recursos das prefeituras, além do montante destinado ao financiamento da Saúde.

Por meio do projeto Experiências Municipais, a CNM faz análise detalhada do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate); do Programa Saúde da Família (PSF); do Piso da Atenção Básica (PAB); do Saúde Bucal; do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO); do Farmácia Básica; do Programa Agente Comunitário de Saúde (Pacs); do Vigilância Sanitária; e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Histórico

Saúde da Família (PSF)

Lançado em 1994, a política nacional de atenção básica tem caráter organizativo e substitutivo, fazendo frente ao modelo tradicional de assistência primária baseada em profissionais médicos especialistas focais. Atualmente, é considerado estratégia para atuar na manutenção da saúde e na prevenção das doenças, alterando, assim, o modelo de saúde centrado em hospitais. É operacionalizado por equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde responsáveis por ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e na manutenção da saúde da comunidade.

Serviço Móvel de Urgência (Samu)

Esse programa se resume em promover atendimento 24h/dia pré-hospitalar móvel de socorro à população em casos de emergência. É o principal componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, criada em 2003. A orientação deve ser prestada por profissionais da Saúde – médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas, que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Agente Comunitário de Saúde (PACS)

Foi criado no início dos anos 1990, mas foi instituído e regulamentado em 1997. Promoveu o processo de consolidação da descentralização de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As principais ações são por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nos domicílios e na comunidade.

Saúde Bucal

A Portaria 1.444/2000 incorporou Equipes de Saúde Bucal (ESBs) ao então Programa de Saúde da Família (PSF). A Portaria 267/2001 estabeleceu as normas e as diretrizes para a inclusão na estratégia do PSF.

Entre as principais ações estão: viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público; reorganização da Atenção Básica e da Atenção Especializada (através, principalmente, da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias). Com a inserção ao Saúde da Família, passou a ser necessária a criação de uma equipe de trabalho que atue em ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal. São necessários profissionais de saúde bucal nas Equipes de Saúde da Família.

Competências e despesas municipais

Entre as diversas obrigações dos Municípios com o programa estão: garantir infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde; prover e remunerar os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais; alimentar as bases de dados nacionais com os dados produzidos pelo sistema de saúde municipal; desenvolver, além de toda a parte de acompanhamento de atividade, lançamento nos sistemas de controle de dados e prestação de contas.

A lista de responsabilidades do Município inclui, entre outras coisas: implantar o serviço com sua respectiva Central de caráter local ou regional, com acesso gratuito pelo número nacional de urgências (192); dispor de estrutura física, material e humano; adquirir ambulâncias; e elaborar indicadores de desempenho do serviço.



Prof. de Patrocínio/MG

Entre as competências obtidas com a política estão: manter a rede de unidades básicas de saúde em funcionamento; cofinanciar as ações de atenção básica; instalar as unidades de saúde; contratar recursos humanos e pagar salários; adquirir e manter meios de transporte para os agentes.

Os Municipais devem, entre outras ações definidas: garantir infraestrutura física, material e operacional para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde; contratar e remunerar os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais; alimentar as bases de dados nacionais com os dados produzidos pelo sistema de saúde municipal.



Marcelo Ferrão – Camaçari/BA

Repasso do governo e defasagem

Os recursos são transferidos aos Municípios na modalidade Fundo a Fundo, com base nas informações consolidadas enviadas ao Departamento de Atenção Básica Datasus.

A Portaria 648/2006 estabeleceu os valores a serem transferidos conforme a modalidade de equipe e a quantidade de agentes. Esporadicamente, são publicados reajustes, mesmo assim, de 1998 a 2006, a defasagem era de 76%. De 2006 até agora, essa defasagem chega a 45%.

Desde 2003, os recursos vêm sendo repassados de acordo com o porte dos Municípios. Entre 2003 e 2004, havia três tipos de repasses, sendo dois únicos e um mensal. Os dois repasses únicos eram para a aquisição de equipamentos e para a instalação da área física. O repasse mensal é destinado ao co-financiamento do salário da equipe. Só em relação ao valor repassado para estrutura física e equipamentos. Assim, a defasagem é de 68% e 110%, respectivamente, de 2003 a 2013

Por expressa disposição de lei, o agente comunitário de saúde presta os seus serviços ao gestor local do SUS. Assim, a remuneração é obrigação do Município. O governo dispõe de um incentivo de custeio. Os valores são transferidos, mensalmente, como base no número de agentes registrados. Recentemente houve reajustes agora em 2013, ainda assim a defasagem está em torno de 3% com relação ao último valor.

O governo efetua repasses para apoiar as atividades nos Municípios.

Porém, o valor está com
defasagem de 19%
 de 2003 a 2013.

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)

A partir de 2004, com o lançamento da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), mais conhecida como “Brasil Sorridente”, passaram a ocorrer os primeiros repasses de incentivos financeiros para atender às necessidades das ações de média e alta complexidade decorrentes da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.

O CEO é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e, no caso dos Municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Trata-se da oferta de serviços odontológicos de média e alta complexidade, que não são oferecidos no Programa Saúde Bucal. Entre as ações, dispõe de diagnóstico para detecção de câncer de boca.

Vigilância Sanitária (Visa)

Compreende um conjunto de ações definidas na Lei 8.080/1990, integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS). A abrangência e a distribuição de competência entre os Entes foram definidas pela portaria 1.565/1994. Foram integradas as ações do SUS pela Lei 9.782/1999. A Lei 8.080/1990 estabeleceu o entendimento de que vigilância sanitária é um conjunto de ações para prevenir, diminuir ou eliminar riscos à saúde. Também deve intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens.

A municipalização das ações requer a criação de infraestrutura formal-administrativa e operacional instituída por ato legal. Para isso, são necessárias algumas providências, como, por exemplo: implantar e manter a estrutura física; contratar e remunerar a equipe de profissionais; prover a manutenção de transporte para a execução dos trabalhos; e aquisição de materiais para as ações.

O recurso destinado às ações desta política é repassado a partir do cálculo de dois pisos: Estruturante e Estratégico. Em 2008, o valor deles era de R\$ 0,36 por habitante e R\$ 0,20 por habitante, respectivamente. Atualmente, o valor está em R\$ 0,60 e R\$ 0,34. A defasagem está em torno de 67% referente e 70%.

Programa Assistência Farma- cêutica Básica (PAF)

Foi instituído pela Portaria 176/1999, que instituiu os critérios e os requisitos para a qualificação dos Municípios e dos Estados e definiu valores a serem transferidos. Seu objetivo é garantir à população o acesso aos medicamentos básicos previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). Também prevê o pagamento dos medicamentos desta lista com recursos do governo federal, Estados e Municípios. E propõe incentivo financeiro a Municípios habilitados à parte variável do piso PAB para assistência farmacêutica básica.

Segundo a Portaria 3.916/1998, entre outras medidas, cabe ao gestor municipal: treinar e capacitar os recursos humanos; implementar as ações de vigilância sanitária sob sua responsabilidade; assegurar o suprimento dos medicamentos; adquirir, além dos produtos destinados à atenção básica, outros medicamentos essenciais que estejam definidos no Plano Municipal de Saúde como responsabilidade concorrente do Município; investir na infraestrutura de centrais farmacêuticas e das farmácias dos serviços de saúde; e receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos.

Segundo a Portaria MS 3.237/2007, o financiamento é responsabilidade das três esferas de gestão, devendo ser aplicado o valor mínimo – de R\$ 1,50 por habitante/ano. Em 2010, o mínimo foi reajustado para R\$ 1,86 e até hoje não houve novos reajustes.

**Este ano, a defasagem
está na faixa de 22%.**

Piso da Atenção Básica Fixo (PAB)

São recursos financeiros que agregam as estratégias destinadas ao custeio de ações de atenção básica à saúde, tipicamente municipal.

As ações cofinanciadas pela União com esses recursos são: consultas médicas em especialidades básicas; atendimento odontológico básico; visita e atendimento ambulatorial e domiciliar do Programa de Saúde da Família (PSF); vacinação; atividades educativas a grupos da comunidade; assistência pré-natal e ao parto domiciliar; pequenas cirurgias; pronto atendimento em unidade básica de saúde.

Competências e despesas dos Municípios
A totalidade das ações, no âmbito do SUS, deve ser desenvolvida em um conjunto de estabelecimentos organizados em rede regionalizada e hierarquizada, e disciplinados segundo subsistemas, um para cada Município – o SUS-Municipal. Suas ações, devem garantir à população o acesso ao atendimento integral à Saúde.

A portaria 648/2006 estabelece que compete aos Municípios, entre outras ações: garantir infraestrutura para funcionamento; selecionar, contratar e remunerar os profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de Atenção Básica, inclusive os da Saúde da Família.

Os critérios de repasses de recursos aos Municípios foram definidos por algumas portarias. Mas o valor mínimo de R\$ 20,00 foi estabelecido ano passado pela Portaria 953/2012. Ele pode variar de R\$ 21,00 a R\$ 25,00, considerando a quantidade populacional.

**Com base no valor anterior –
R\$ 10,00 –, a perda é de 7%.**

**O repasse feito aos Municípios foi
corrigido em maio 2013.**

Mesmo com a medida, há
defasagem de 9%

em relação ao repasse para implantação,
e 4% no recurso destinado a custeio.



Pref. Mogi das Cruzes/SP

PSF - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Base (A)	"Valor Corrigido Fevereiro 2006 (B)"	Defasagem (A/B)
Valor per capita	R\$ 1 750,00	R\$ 1 750,00	R\$ 3 073,57	76%

Obs: Valor corrigido até Fevereiro de 2006. Após esse período a sistemática de repasse muda com a Portaria 650/06, conforme a tabela abaixo.

Tipo	"Valor Inicial Março 2006"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Mod. 1	R\$ 8 100,00	R\$ 10 695,00	R\$ 11 003,23	3%
Mod. 2	R\$ 5 400,00	R\$ 7 130,00	R\$ 7 335,49	3%
Incentivo Adicional	R\$ 20 000,00	R\$ 20 000,00	R\$ 28 946,12	45%

SAMU – Equipe

Tipo	"Valor Inicial Outubro 2003"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Suporte Básico	R\$ 12 500,00	R\$ 12 500,00	R\$ 20 959,28	68%
Suporte Avançado	R\$ 27 500,00	R\$ 27 500,00	R\$ 46 110,42	68%
Central SAMU	R\$ 19 000,00	R\$ 19 000,00	R\$ 31 858,11	68%

SAMU – Área Física

Tipo	"Valor Inicial Outubro 2003"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Munic. até 250 mil	R\$ 50 000,00	R\$ 50 000,00	R\$ 83 553,04	67%
Munic. entre 250 e 500 mil	R\$ 100 000,00	R\$ 100 000,00	R\$ 167 106,08	67%
Munic. acima de 500 mil	R\$ 150 000,00	R\$ 150 000,00	R\$ 251 511,36	68%

SAMU – Equipamentos

Tipo	"Valor Inicial Outubro 2003"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Munic. até 250 mil	R\$ 100 000,00	R\$ 100 000,00	R\$ 167 674,24	68%
Munic. entre 250 e 500 mil	R\$ 150 000,00	R\$ 150 000,00	R\$ 251 511,36	68%
Munic. acima de 500 mil	R\$ 200 000,00	R\$ 200 000,00	R\$ 419 185,60	110%

SAMU – Construção, Ampliação ou Reforma

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 2012"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Munic. até 350 mil	R\$ 100 000,00	R\$ 100 000,00	R\$ 108 282,44	8%
Munic. entre 350 mil e 1,5 mi	R\$ 150 000,00	R\$ 150 000,00	R\$ 162 423,66	8%
Munic. entre 1,5 a 4 mi	R\$ 150 000,00	R\$ 150 000,00	R\$ 162 423,66	8%
Munic. acima de 4 mi	R\$ 200 000,00	R\$ 200 000,00	R\$ 216 564,88	8%

SAMU – Custeio para manutenção das Unidades Móveis – 2012

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 2012"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Unid. Sup. Básico (habilitada)	R\$ 12 500,00	R\$ 12 500,00	R\$ 13 535,31	8%
Unid. Sup. Básico (hab. e qualif.)	R\$ 20 875,00	R\$ 20 875,00	R\$ 22 603,96	8%
Unid. Sup. Avançado (habilitada)	R\$ 27 500,00	R\$ 27 500,00	R\$ 29 777,67	8%
Unid. Sup. Avançado (hab. e qualif.)	R\$ 45 925,00	R\$ 45 925,00	R\$ 49 728,71	8%
Equipe Aeromédico (aeron. hab.)	R\$ 27 500,00	R\$ 27 500,00	R\$ 29 777,67	8%
Equipe Aeromédico (aeron. hab. qualif)	R\$ 45 925,00	R\$ 45 925,00	R\$ 49 728,71	8%
Equipe Embarcação (emb. hab.)	R\$ 27 500,00	R\$ 27 500,00	R\$ 29 777,67	8%
Equipe Embarcação (emb. hab. qualif)	R\$ 75 000,00	R\$ 75 000,00	R\$ 81 211,83	8%
Motolância (habilitada)	R\$ 7 000,00	R\$ 7 000,00	R\$ 7 579,77	8%
Motolância (habilitada e qualif)	R\$ 7 000,00	R\$ 7 000,00	R\$ 7 579,77	8%
VIR (habilitado)	R\$ 27 500,00	R\$ 27 500,00	R\$ 29 777,67	8%
VIR (habilitado e qualificado)	R\$ 45 925,00	R\$ 45 925,00	R\$ 49 728,71	8%

PACS - PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 2002"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Valor per capita	R\$ 240,00	R\$ 950,00	R\$ 977,38	3%

PSB – PROGRAMA SAÚDE BUCAL

Tipo	"Valor Inicial Maio 2003"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Mod. 1	R\$ 1 300,00	R\$ 1 700,00	R\$ 2 830,33	66%
Mod. 2	R\$ 1 600,00	R\$ 2 200,00	R\$ 3 662,78	66%
Incentivo Adicional	R\$ 7 000,00	R\$ 7 000,00	R\$ 8 324,50	19%

CEO – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

Tipo I	"Valor Inicial Janeiro 2004"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Implantação	R\$ 40 000,00	R\$ 60 000,00	R\$ 65 333,29	9%
Custeio	R\$ 6 600,00	R\$ 8 250,00	R\$ 8 983,33	9%

Tipo II	"Valor Inicial Janeiro 2004"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Implantação	R\$ 50 000,00	R\$ 75 000,00	R\$ 81 666,62	9%
Custeio	R\$ 8 800,00	R\$ 11 000,00	R\$ 11 977,77	9%

Tipo III	"Valor Inicial Janeiro 2006"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Implantação	R\$ 80 000,00	R\$ 120 000,00	R\$ 130 666,59	9%
Custeio	R\$ 15 400,00	R\$ 19 250,00	R\$ 20 081,01	4%

VISA – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Valor per capita	R\$ 0,21	R\$ 0,21	R\$ 0,34	62%
Piso estruturante	R\$ 0,36	R\$ 0,36	R\$ 0,60	67%
Piso estratégico	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,34	70%

PAF – PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 2010"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
Valor per capita	R\$ 1,86	R\$ 1,86	R\$ 2,27	22%

PAB – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (Municípios até 50.000 hab.)

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
PAB Fixo	R\$ 10,00	R\$ 25,00	R\$ 26,72	7%

PAB – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (Municípios entre 50.000 e 100.000 hab.)

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
PAB Fixo	R\$ 10,00	R\$ 23,00	R\$ 24,58	7%

PAB – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (Municípios entre 100.000 e 500.000 hab.)

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
PAB Fixo	R\$ 10,00	R\$ 21,00	R\$ 22,45	7%

PAB – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (demais Municípios)

Tipo	"Valor Inicial Janeiro 1998"	Valor Atual (A)	"Valor Corrigido Maio 2013 (B)"	Defasagem (A/B)
PAB Fixo	R\$ 10,00	R\$ 20,00	R\$ 21,38	7%

Seca

Água para o Semiárido é conquista

Desde o início do ano, o Semiárido brasileiro tem sofrido com a seca, mas a ajuda só chegou em setembro. Recursos serão destinados para 336 Municípios construir sistemas simplificados de abastecimento de água. Para se chegar a esta conquista, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e entidades estaduais passaram por inúmeras reuniões, fizeram mobilizações e convenceram o governo federal de que não havia mais tempo, a região precisava de socorro.

A situação do Semiárido foi mostrada em edição especial do *Boletim CNM*. Os prefeitos reclamavam que não tinham mais como arcar com a distribuição de água por carros-pipa, alertavam sobre as doenças decorrentes da estiagem e da perda de rebanhos e lavouras. É o caso de Salgadinho (PE), onde a população precisa dividir uma barragem com 30 outros Municípios, conta o prefeito Adenilson Pereira.

dos Municípios”, comemorou o gestor.

A desburocratização foi um dos pedidos do movimento municipalista em negociação com o Ministério da Integração Nacional. A maioria dos Municípios está com pendências no Cauc, e, se ele fosse uma exigência, a ajuda não seria possível. A agilidade no processo vai ser levada a diante, garante Adenilson Pereira. “Quando se trata de água, a gente não pode deixar o povo esperando”.

Todos os Municípios escolhidos para receber os sistemas devem ter instrução de autarquias, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Elas terão de orientar com os planos de execução e a prestação de contas.

Escolha dos povoados

Abastecer três povoados rurais é um alívio para o prefeito de Jaramataia (AL), Ricardo Martins. A dificuldade foi apenas ter de escolher quais indicar. “A escolha será feita por critérios populacionais. Os maiores vão ser contemplados, pois é mais difícil abastecer com carros-pipa”.

O presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Leal, comemora a confiança conquistada pelo movimento nesta ação. “Vai ser mais ágil, porque será operado pelo próprio Município. Isso vai provar

que somos capazes de executar esse programa diretamente”.

O Água para Todos vai diminuir a preocupação de um momento irregular, explica a prefeita de Caiçara do Rio do Vento (RN), Conceição Lisboa. Neste Município, as comunidades rurais a serem benefi-



ciadas também serão as mais populosas. “A maior importância disso é incentivar o agricultor a ficar na zona rural e foi também uma aposta nos prefeitos, por causa da desburocratização”.

Para o presidente de Associação de Municípios Pernambucanos (Amupe), José Patriota, a oferta de água na zona rural vai impedir a migração de família para os grandes centros e, consequentemente, garantirá a agricultura. “Não é tudo que a gente quer, mas é um passo importante. Vamos somando as ações porque o enfrentamento à seca é um trabalho longo”, disse.

Patriota foi um dos principais gestores à frente dessa luta e agradeceu a participação de entidades de outras regiões, além do Nordeste. “As associações foram fundamentais. E o apoio técnico e político da CNM ajudou a qualificar a proposta e a dar visibilidade que a ação requer”. Em mobilização no Congresso Nacional, entidades de todo o Brasil foram parceiras em prol do Semiárido.

O governo

Os 1.042 sistemas simplificados de abastecimento de água foram anunciados em cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 10 de



Governo do Piauí

Os três sistemas destinados a Salgadinho vão beneficiar a população mais carente, a da zona rural. “A ajuda chegou em boa hora e o melhor é que não tem muita burocracia, porque independe do Cauc, o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, que é o calcanhar de Aquiles

a da *Marcha*



Ministério da Integração Nacional

setembro. Na ocasião, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pediu que os gestores municipais trabalhassem em sintonia com o governo federal e reconheceu o esforço do movimento. “Esse programa é uma resposta concreta e objetiva de uma demanda que surgiu na Marcha”, ressaltou.

A presidente da República, Dilma Rousseff, discursou em seguida. “Queremos garantir água permanente e sustentável como mecanismo de proteção aos pequenos agricultores, e os prefeitos são os agentes mais importantes dessa transformação”, defendeu.

Neste dia em que os prefeitos assinaram o termo de cooperação do Programa Água para Todos, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, aconselhou: “vamos procurar fazer o melhor. Se dois ou três cometerem um erro, isso é que será a notícia. Se fizermos tudo certo, o ano que vem poderemos dobrar esses recursos”.

Ziulkoski lembrou que a CNM fez cartilhas de orientação aos gestores, que houve debate na Marcha deste ano para este tema e os resultados são respostas de um trabalho de união das entidades. “Agora o desafio é executar”, concluiu.

Desenvolvimento Local

Confira a programação do Encontro de Agentes de Desenvolvimento

Com palestras, painéis e debates, o *II Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento (Enad)* vai aprimorar a formação desses profissionais nomeados por prefeitos de todo o País como estimuladores do empreendedorismo. Realizado em parceria entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o evento será em 29 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR). Começará com uma apresentação do gerente nacional da Unidade de

Desenvolvimento Territorial, André Spínola, às 8h30min.

No final da manhã, haverá a cerimônia de premiação do Concurso de Artigos sobre a Atuação dos Agentes de Desenvolvimento, que destacará casos de sucesso em Municípios. Os painéis serão realizados à tarde. O Enad será encerrado às 18h10min, momento em que ocorrerá a Cerimônia de Abertura do *II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local*.

FOZ DO IGUAÇU/PR 29 OUTUBRO DE 2013

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE:
WWW.PORTALDODESENVOLVIMENTO.ORG.BR

II ENCONTRO NACIONAL DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO



PROGRAMAÇÃO ENAD 2013

- 8h30** **Abertura** – André Spínola – *Gerente Nacional da Unidade de Desenvolvimento Territorial*
- 9h30** **Palestra Magna – O Meu Everest*** – Luciano Pires – *jornalista, autor, comentarista de diversos sites e revistas e apresentador do programa Café Brasil*
- 11h30** **Premiação do Concurso de Artigos dos Agentes de Desenvolvimento**
- 11h50** **Painel “O Ambiente de Negócios nas Micro e Pequenas Empresas: Resultados e Perspectivas”**
André Spínola – *Gerente Nacional da Unidade de Desenvolvimento Territorial*
Cecília Miranda – *Gestora Nacional da Implementação da Lei Geral das MPE nos Municípios brasileiros*
Moderador: César Rissete – *Gerente da Unidade de Inovação e Competitividade – Unidade de Inovação e Competitividade do Sebrae/PR?**
- 13h** **Almoço**
- 14h** **De A a D: Agentes que fazem a diferença**
Apresentação de *cases* dos Agentes de Desenvolvimento
Moderador: Pedro Valadares – *Coordenador Nacional da Rede de Agentes de Desenvolvimento*
- 14h50** **Painel Experiências Internacionais de Desenvolvimento Econômico Local**
Roberto Martinez de Guereñu – *Diretor-geral do Departamento de Desenvolvimento Econômico Victoria-Gasteiz, País Basco, Espanha*
Roberta Dall’Olio – *Responsável pelas áreas políticas da Europa, da União e Cooperação Internacional, Bologna, Itália*
- 16h20** **Cooffe-Break**
- 16h40** **Painel “Atuação em Redes para o Desenvolvimento Territorial”**
Jailson Souza e Silva – *Diretor da ONG – Observatório das Favelas**
Marcelo Minutti – *Blogueiro, consultor e professor de Estratégias Empresariais, Inovação e Comunicação Digital*
Moderador: Luiz Marcelo Padilha – *Unidade de Políticas Públicas do Sebrae/PR*
- 18h10** **Cerimônia de Abertura do II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local**

Internacional

Congresso debate futuro das cidades inteligentes



Divulgação

Pensar em formas de tornar os Municípios lugares melhores para se viver e trabalhar é um dos objetivos do *Smart City Expo World Congress*. Congresso Internacional marcado para acontecer em Barcelona, na Espanha, de 19 a 21 de novembro, vai debater sobre o futuro das cidades inteligentes. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vai representar o movimento municipalista brasileiro no evento.

A entidade negociou condições especiais para participação de prefeitos e prefeitas brasileiros. Gestores municipais interessados em participar no evento são incentivados a contatar a área internacional da entidade para que os Municípios brasileiros sejam bem representados.

O evento terá mais de 300 apresentações de diferentes áreas para pensar formas de melhorar as cidades. Uma exposição de soluções será montada de forma a compartilhar conhecimentos, criar novos contatos e descobrir oportunidades de colaboração. São esperados cerca de 7 mil participantes, de 82 países diferentes. Na Europa, por exemplo, há um projeto sobre cida-

des inteligentes que reúne 70 cidades médias.

Os temas abordados são variados e incluem tecnologia e inovação, mobilidade, energia, governança e economia, meio urbano sustentável, georreferenciamento e segurança urbana. No entanto, a ideia não é considerar esses aspectos de forma isolada, mas sim promover uma visão integrada de todas as áreas que interagem no desenvolvimento de cidades e da cidadania.

Cidade inteligente – O termo “cidades inteligentes” tem ganhado destaque nos últimos anos. Os gestores dessas cidades procuram um desenvolvimento urbano moderno, e, ainda, reconhecem a importância das tecnologias da informação e da comunicação para desenvolver cidades ambientalmente sustentáveis e com boas condições de vida para seus habitantes.

Vale ressaltar que o termo não diz respeito somente a inovações tecnológicas, mas abrange, também, questões econômicas, políticas e sociais. O mais importante é que as cidades inteligentes não estão restritas somente às grandes metrópoles.

Governo Eletrônico

Dez anos de CidadeCompras – veja os resultados obtidos

O portal de compras municipal – CidadeCompras – completou dez anos com muito a se comemorar. Lançado pela Confederação Nacional de Municípios, em 2003, durante a VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a ferramenta alcançou o objetivo de promover economia, legalidade, transparência e maior simplicidade no processo de aquisição de bens e serviços por parte das prefeituras.

Ao longo desses anos, o sistema passou por inovações e melhorias, e, após uma década, pode se destacar também sua eficiência, impessoalidade, competitividade e, claro, a redução no valor das compras. “O CidadeCompras permite que as aquisições sejam rápidas e sem burocracia, além de ajudar a combater a corrupção, por promover mais transparência no processo e permitir que a população acompanhe todo o processo em tempo real”, ponderou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Os pregões eletrônicos foram os que mais contribuíram para o sucesso da ferramenta, e, durante o período, mais de 40,1 mil leilões foram registrados. Em média, de quatro (4) processos pela internet, um (1) foi realizado na modalidade presencial. No entanto, o primeiro de todos eles foi aberto pelo presidente da CNM, à época prefeito de Mariana Pimentel (RS). Entusiasmado, Ziulkoski apertou o botão – que deu início ao processo de compra e venda virtual – e inaugurou CidadeCompras. Na ocasião, ele disse: “isto é uma revolução, porque representa transparência e economia para os grandes, médios e pequenos Municípios”.

Hoje, ao conferir que a economia promovida pelo portal superou a marca de R\$ 1,7 bilhão – em valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) –, o presidente da Confederação e representante do municipalismo em nível nacional garante: “é a melhor ferramenta de compras construída para os Municípios e com os Municípios”. Ziulkoski também salienta que, ao lançá-lo, a entidade evitou que os Municípios tivessem de arcar com o desenvolvimento de sistema para atender às obrigatoriedades da legislação. “Ainda hoje, o sistema continua à disposição dos Municípios”, destacou o presidente da entidade.

Desde o início de sua implantação, o CidadeCompras trouxe diferenciais. Entre eles, a preocupação em qualificar o servidor da administração local para o manuseio da ferramenta. Diante dessa preocupação, em parceria com as entidades municipalistas, a CNM promoveu cursos de capacitação de operacional no período e levou inovação tecnológica a diversas prefeituras.

Atualizações – Sete anos após lançamento, o portal passou por modificações. *Interface* diferente e novas ferramentas foram adaptadas para facilitar



o manuseio. Uma segunda versão do portal de compras foi lançada em 2012. Além disso, ele foi reestruturado, está com novo *layout* e foi desenvolvido em plataforma e *Software livre*. E, ao completar mais um ano de atuação, outra novidade foi divulgada: a possibilidade de participação de empresas internacionais nos procedimentos licitatórios.

No entanto, os benefícios da ferramenta não param por aí, e o presidente da CNM lembra que a qualificação da equipe de colaboradores, o respeito à legislação vigente e o fato de ser criada para atender às especificidades dos Municípios também levaram ao sucesso obtido. “Investimos [a CNM] em tecnologia com intuito de apoiar a modernização das prefeituras. Nossa ferramenta promove redução de custos e a qualificação de processos internos. Graças ao contínuo processo de melhorias, o portal está sempre atualizado, moderno e atual”, destaca Ziulkoski.

Legislação – Apesar de já existirem leis que tratam do processo de compras públicas, a CNM colaborou com a elaboração da norma – Lei 10.520/2002 – que ampliou aos Estados e aos Municípios o uso de pregão no processo de licitação. Três anos depois, o Decreto 5.450/2005 regulamentou o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns. Em 2006, a Lei Complementar 123 criou o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte e estabeleceu licitações e contratos para as aquisições desses. Posteriormente, a Lei Complementar 128/2008 instituiu o Estatuto Nacional da Microempreendedor Individual e também criou as licitações e contratos para os pequenos negócios.

Na prática – Um exemplo que deu certo. Em Novo Hamburgo (RS), a adesão ao CidadeCompras ocorreu em 2005, e, à época, a administração municipal pretendia levar aos cidadãos novohamburguenses o conhecimento do pregão eletrônico e das aquisições da prefeitura. Atualmente, ainda trabalhando com a ferramenta, a pregoeira Márcia acredita que a ferramenta foi ao encontro das necessidades da gestão municipal. A servidora está no departamento de compras desde o ano de implantação, e ela destaca a economia obtida por meio do sistema, a agilidade e a facilidade de manuseio. “O sistema é seguro, a gente não tem contato com os fornecedores durante o pregão. Só ficamos sabendo quem são as empresas depois do processo”, contou.

Márcia é uma das centenas de pessoas treinadas pelo CidadeCompras para manusear a ferramenta. Ela conta que, além do curso para o uso do portal, “sempre que precisa do auxílio técnico, recebe resposta da equipe com rapidez e agilidade”.

Boas práticas

Prefeito paraibano mostra em prática excelentes resultados

Qual o segredo para fazer uma boa gestão? A pergunta é feita frequentemente por prefeitos e prefeitas de todo o Brasil. Mas, segundo o presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Buba Germano, não há segredo algum. No Projeto Conhecendo seu Município, o ex-prefeito de Picuí (PB) mostra como elevou os índices de Educação e Saúde e fez dessa pequena cidade um dos melhores lugares para se viver no Estado.

Em primeiro lugar, o “segredo” foi adotar como meta de trabalho os Oito Objetivos do Milênio (ODMs), estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para ele, um item depende do outro, e os resultados alcançados em um refletem no outro. “Para garantir isso, eu primeiro busquei o equilíbrio de receita, diminuí os gastos para aumentar os investimentos”, conta Buba.

Em agosto, o presidente da Famup veio a Brasília, na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentar o projeto à direção da entidade. Ele quer apoio para levar o material para todos os Municípios da Paraíba e disponibilizá-lo, também, para outros Estados.

O que é o Conhecendo seu Município

— O projeto de Buba reúne informações financeiras e sociais sobre Picuí. Para o presidente, não é

possível governar sem conhecer a fundo o que se governa. Um Censo Municipal foi promovido assim que ele assumiu a prefeitura, em 2005. “E foi dessa maneira que consegui melhorar a qualidade de vida”. Não só isso. Hoje, com os resultados obtidos, Buba faz palestras nacionalmente e recebeu importantes prêmios, como o Selo Unicef e o Prefeito Amigo da Criança.

A mortalidade infantil, um dos oito ODMs, era preocupante quando Buba foi eleito. Em 2004, o total de mortes era de 25% a cada mil nascidos. A partir de 2007, esse percentual começou a cair e chegou a 17% em 2012. O combate à desnutrição, primeiro item dos Objetivos, passou de 6,9%, em 2004, para 0,8%, ao final de 2012.

“A merenda escolar é processada numa cozinha especial e 40% dos alimentos são da agricultura familiar. Assim se garante qualidade e renda”, conta orgulhoso o ex-prefeito. No Município são oferecidos a média e alta complexidade. Foi a preocupação com a Saúde que impulsionou também o setor da Educação.

Ponto para a Educação — Em Picuí, o analfabetismo caiu de 48,5% para 24,7%, de 1991 a 2010. “Informações recentes de 2012 mostram que baixamos esse índice ainda mais. Está em 18%”, diz. A nota do Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (Ideb), importante avaliação da área, era de 2,5 (menor que a tolerável, que é de 3,0), em 2005, e ultrapassou, ainda em 2011, a meta estipulada para 2021. “Estamos 10 anos à frente da meta”, comemora.

Como a Educação é um setor delicado da administração pública, Buba explica quais as ações adotou para obter tais resultados. “Primeiro, manter a relação número de professores por alunos. Se você tem professor demais, tem de pagar pouco. Depois, qualificar e pagar a remuneração devida”.

Os investimentos no setor saltaram da casa dos R\$ 2,8 milhões para R\$ 13 milhões durante a gestão de Germano. A média de investimento foi de 27%. Em Saúde, 17%.

Ações ambientais e sociais — Foi por meio da valorização dos recursos naturais que Picuí alcançou o sucesso de um projeto social, que pretende retirar as crianças e os jovens das drogas e reintegrá-los na sociedade. Em parceria com a iniciativa privada, Buba Germano conseguiu criar o Parque Ecológico Cultural, atendeu a mais um dos ODMs ao preservar o bioma local (caatinga) e proporcionou aos moradores uma reserva ecológica com trilhas, espaços para esportes, museu e atividades artísticas, como música e dança.

Dentro do Parque, funciona o Núcleo de Apoio



Projeto como na gestão

à Criança e ao Adolescentes envolvido com álcool e drogas (Nacad). Espaço destinado à recuperação de 150 dependentes de sete a 17 anos. O Parque é um dos projetos pelo qual o Município concorrerá ao Prêmio Objetivo do Milênio, que valoriza boas práticas na busca pelo sucesso dos ODMs.

Fonte de recursos – É claro, nenhum progresso vem de graça. E, segundo Buba Germano, os resultados vieram por meio de investimentos. Para isso, ele precisou otimizar a arrecadação própria. Em Picuí, a arrecadação de impostos e tarifas destinadas à prefeitura passaram de R\$ 253 mil, em 2004, para R\$ 2,2 milhões, em 2012, quase 10 vezes mais.

“Se você aumenta a arrecadação própria, não fica em Brasília de pires na mão, pois diminui a dependência das transferências voluntárias”. No período de 2008-2009, durante a crise econômica, os investimentos foram reduzidos, mas logo recuperados.

Equipe qualificada – Assim como uma das principais dicas do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, o atual líder pernambucano também destaca a escolha do secretariado, em Picuí, formado por oito pessoas. “Eu nunca escolhi por promessa política. Escolhi os que já faziam parte do quadro de funcionários, pessoas capacitadas, gestores”, explica.

Com servidores qualificados e as metas estipuladas. Buba passou por oito anos no cargo de prefeito (com bom percentual de reeleição), e o sucessor dele foi eleito para dar continuidade ao trabalho.

Como dica aos colegas prefeitos e prefeitas, ele afirma: “nem sempre o financeiro representa qualidade de vida. Somos de uma região que tem os piores indicadores sociais da Paraíba, com menos potencialidade econômica, porém com os melhores indicadores de qualidade de vida e Educação. Isso é eficiência de gastos públicos”.

Agricultura

Açaí é alternativa de renda para vários Municípios

Dentre as possibilidades de exploração disponíveis, o açaizeiro tem se destacado como fonte de alimento e de renda em muitos Municípios. É o caso da comunidade Novo Paraíso, localizada no Município de Benjamin Constant (AM), onde mais de 90 famílias têm sua economia baseada na venda dos derivados do fruto.

A prefeita de Benjamin Constant, Iracema Maias, afirma que a produção do açaí é um bom gerador de renda para os produtores da região. “Nós temos uma fábrica de beneficiamento do açaí que produz, diariamente, mais de oito toneladas de polpa e mais de 250 famílias são beneficiadas”, explica.

A gestora ainda acrescenta que, com a tecnologia de pasteurização, o açaí de Benjamin Constant ganha escala nacional e internacional. “O transporte da polpa congelada é perfeitamente adequado às normas sanitárias determinadas pelo Ministério da Agricultura, com isso, conseguimos exportar para qualquer lugar”, revela.

A comunidade também aproveita as sementes do açaí para artesanato e, com a venda desses produtos, compra produtos produzidos fora da região. Em seguida, está a utilização para tratamento de algumas doenças, como as verminoses e anemias. Por fim, eles também usam as estipes das palmeiras para a construção de pequenas instalações onde criam animais de pequeno porte, ou seja, a espécie é de extrema importância para o Município.

A gestora adianta que, além do açaí, a região também tem o abacaxi, o teperebá, o camu-camu, o maracujá e outras culturas regionais, por isso, precisam de apoio e recursos para o escoamento da produção.

Pará, o maior produtor – Os Municípios do Pará também aproveitam a riqueza



Adriana Lira/Ascom/Pref. Belém/PA

do açaí, tanto que o Estado se transformou no maior produtor no Brasil, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, das 106.562 toneladas de açaí no Estado do Pará, 69 foram produzidas no Município de Santarém, onde fica a comunidade rural Santa Luzia. A região, chamada de Eixo Forte, é uma das maiores produtoras do fruto. A produção chega a 40 toneladas por ano. O plantio é feito com as orientações dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Estado. Grande parte dessa produção é familiar, onde pequenos produtores participam de todas as etapas da cadeia, que vai desde a colheita até o armazenamento ou, então, a comercialização da fruta *in natura*. Nos Municípios, mais de 50% dos extrativistas e ribeirinhos também vivem da renda do açaí, produzido a partir de técnicas sustentáveis e manejo adequado do solo.

Boa rentabilidade – Vinte plantas de palmiteiro rendem aproximadamente 200 quilos de açaí; e cada quilo, em média, é vendido a R\$ 10. Cada árvore produz de um a seis cachos de fruto. Uma árvore de palmiteiro pode durar até 40 anos.

Finanças

Conquista de 1% do FPM já somou mais de R\$ 12 bilhões

Foi em 2003, mais precisamente no dia 12 de setembro, que o movimento municipalista iniciava a luta pelo aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A reivindicação durou quatro anos, e, em 2007, o Congresso Nacional aprovou o projeto que representava um alívio financeiro às prefeituras.

De 2007 a 2012, o 1% somado a cada ano totalizou 12.538.050.664,91 a mais para os Municípios. "Há dez anos, eu reuni, aqui, em frente ao Congresso Nacional, 14 mil pessoas para pedir esse aumento", recorda o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. A luta iniciada naquele ano tornou-se uma das conquistas mais importantes na história do movimento e, até hoje, é a mais lembrada pelos prefeitos.

Tudo começou com a proposta de reforma tributária enviada pelo Executivo federal ao Parlamento, em 2002. Nesse texto, não havia nada em benefício dos Entes municipais. Então, durante um evento com senadores, o presidente Ziulkoski pediu que o adicional fosse incluído naquele projeto.

A LUTA

Assim, a CNM convocou milhares de gestores e municipais. Para a mobilização em Brasília, apenas da Ilha do Marajó, no Pará, vieram duas mil pessoas, destaca Ziulkoski. Apesar da pressão, os congressistas não aprovaram a proposta, que foi arquivada. Mas o movimento municipalista não desanimou e manteve a reivindicação durante as Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios.

Em outubro de 2007, o resultado desse tra-



Agência CNM

balho foi a aprovação do projeto. E, em dezembro daquele mesmo ano, os Municípios receberam pela primeira vez o adicional no valor de R\$ 438 milhões.

Esse dinheiro é transferido regularmente, como prevê a Constituição Federal. O montante é depositado sempre junto ao primeiro decêndio do mês de dezembro. Em todos esses anos, ele foi usado principalmente para o pagamento do 13º salário dos servidores públicos e para pôr as contas em dia.

O adicional conquistado pela CNM não sofre retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No entanto, os mínimos constitucionais para Saúde e Educa-

ção devem ser obedecidos.

Para este ano de 2013, a previsão é de que o adicional seja de R\$ 3,1 bilhões.

Valor do 1% adicional de FPM	
Ano	1% do FPM
2007	436.360.030,00
2008	2.167.389.799,10
2009	2.100.443.333,32
2010	2.229.764.369,76
2011	2.727.058.803,88
2012	2.877.034.328,85
Total	12.538.050.664,91

Fonte: STN/cálculos CNM.